



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

## INTRODUÇÃO

A análise sobre a educação formalizada ou não, deve necessariamente considerar os contextos históricos nos quais é parte indissociável. O plano de desenvolvimento educacional-2007 se liga as transformações do final do século vinte e início do século vinte e um, materializando as orientações oriundas do projeto de educação para todos-EPT, neste momento, engendraram-se mudanças significativas em todo o mundo, sendo o capital o princípio que motivou as mudanças, pois as metamorfoses inerentes ao sistema econômico requerem a ressignificação dos meios que concebem a forma de atuação dos indivíduos na sociedade.

Os novos paradigmas educacionais, sustentam uma nova concepção de educação, articula-se com a difusão de uma concepção ao longo da vida, nesse sentido Farias (2008) declara que, o relatório da UNESCO de 1999 estão firmados nos pilares: aprender a viver juntos, aprender a conhecer, aprender a fazer e a aprender a ser e ultimamente o aprender a empreender.

A nova gestão no campo educacional, pela união iniciados em 1990 vem demonstrando os efeitos da reforma administrativa proposta por Bresser pereira, que introduz na administração pública novos parâmetros, cuja gestão publica vista como burocrática é resinificada (plano diretor do estado, pág. 781).

A alegação de superação das desigualdades sociais é o principal argumento no qual se realiza os fórum de educação em todo o mundo, MENDES SEGUNDO (2005) nos chama a atenção sobre as três últimas fóruns, os professores são considerados como meio para o cumprimento das metas estabelecidas pela conferencia de Jomtien, no que concerne a construção dos elementos propícios a vida societal e as relações interpessoais necessárias ao novo milênio.

Declara assim MENDES SEGUNDO (2005) que as primeiras participações das UNESCO , como parceira do Banco Mundial , referem-se a elaboração do plano decenal de educação para todos, no entanto suas ações se expandiram , sendo ampliadas suas atividades , através de convênios e cooperações técnicas, no Brasil suas ações se concentram no setor educacional, cultural, tecnológico, dentre outros, onde a pretensão é operacionalizar e auxiliar as políticas acordadas entre os membros da conferencia de



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

1990, em Jomtien, sabe-se que atualmente o Banco Mundial é o carro chefe de tais políticas.

O Estado, na consecução e formulação de suas leis deve favorecer a possibilidade da flexibilidade e maleabilidade dos meios que norteiam as atitudes da sociedade. Sendo assim a lei redefine o lugar da união na organização da educação nacional, orientado por organismos que primam pela acumulação do capital. A lei trata de todos os aspectos educacionais, elevando as premissas básicas para o aprimoramento das instituições em concordância com o capital.

É nesse sentido que a lei legitima a privatização em larga escala da escola pública seja ensino superior e prioriza sobremaneira a educação básica, sobretudo o ensino fundamental. Sob o poder metabólico do capital, Meszáros (2011), por conseguinte o sistema educacional e suas práticas são orientadas a subordinar-se aos interesses do capital em crise. Esse processo tem possibilitado decisivamente os caminhos para a privatização, o aligeiramento e a fragmentação da formação do aluno, chamando para o campo do idealismo, imergindo a educação no bojo de orientação da galeria dos idealizadores, dos apregoados novos paradigmas da educação, associados a gestão democrática da educação.

A alegação de superação das desigualdades sociais é o principal argumento no qual se realiza os fóruns de educação em todo o mundo, MENDES SEGUNDO (2005) nos chama a atenção sobre as três últimas fóruns, os professores são considerados como meio para o cumprimento das metas estabelecidas pela conferência de Jomtien, no que concerne a construção dos elementos propícios a vida societal e as relações interpessoais necessárias ao novo milênio.

A maximização do estado seria o responsável pela baixa qualidade de vida, pressuposto principal para a reorganização do estado brasileiro, uma vez que a justificativa para a entrada das políticas neoliberais precisa ser justificada. A educação é um âmbito que recebe uma atenção considerável do estado, nesses termos as discussões a cerca das reformas autoritárias do período anterior soa postas em cheque.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

As pressões sociais dos anos 80 dão forma a um novo contexto, a redemocratização do país, impulsionado pela reestruturação capitalista é o momento propício para o questionamento de alguns dilemas no campo educacional.

Surgem inquietações relativas à pedagogia e a didática, contudo o movimento conservador torna-se hegemônico em 1980 inspirando a reforma de 1990, respondendo aos anseios da elite financeira internacional, que criticava o estado e os entraves por parte dos sindicatos.

Nesse sentido o estado tem uma nova tarefa, pois a partir dos governos de Thatcher e Reagan o neoconservadorismo dá às cartas na reestruturação nos setores essenciais ao mercado financeiro, defendendo a minimização do estado e a desregulamentação da economia.

A constituição federal brasileira já pega o bonde andando, mas foi no governo de Collor que o neoliberalismo avançou no Brasil, influenciando a economia, refletindo no setor educacional, com sua lógica de mercado, sobretudo no ensino superior.

A década de 90 foi fecunda em políticas para a educação, dentre elas podemos citar a criação da LDB, FUNDEF, FUNDEB, PCNs, valorização dos profissionais da educação, etc.

Para Saviani( 2007 ) Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), lançado pelo MEC em 24 de abril de 2007, é resultado da adequação a esses paradigmas e teve recepção favorável pela opinião pública e contou com ampla divulgação na imprensa.

Nesses termos para o estudioso o aspecto que teria sido o principal responsável pela repercussão positiva refere-se à questão da qualidade do ensino: o PDE foi saudado como um plano que, finalmente, estaria disposto a enfrentar esse problema, focando prioritariamente os níveis de qualidade do ensino ministrado em todas as escolas de educação básica do país. Mas o “Plano” se mostra bem mais ambicioso, agregando 30 ações que incidem sobre os mais variados aspectos da educação em seus diversos níveis e modalidades.

Os discursos engendrados pelos novos paradigmas sucumbem segundo a realidade cruel da contemporaneidade. Se por um lado a promessa do Brasil entrar no mundo concorrencial do capital, engendraria um processo de reformas que modernizaria o país



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

e diminuiriam as desigualdades sociais, por outro essas justificativas soam hipócritas diante do crônico desemprego, o aumento da pobreza a fome e a falta de abrigo, as doenças a mortalidade infantil, são algumas das calamidades que as alardeadas reformas não conseguiram suprimir, mas aprofundar esse fosso, que é o sustentáculo da dita globalização atual.

## METODOLOGIA

Tem uma natureza bibliográfica e caráter exploratório, na análise desenvolvida pontuamos algumas considerações relativas às perspectivas de responsabilização/descentralização presentes no Plano de Desenvolvimento da Educação-PDE- apresentado à sociedade brasileira em 2007 pelo Ministério da Educação é, entre outras medidas, desenvolvido a partir do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. O objeto da análise fundamentam-se em premissas marxistas, releitura e o PDE como materialização das diretrizes liberalizante, bem como autores contemporâneos, mostrando assim o caráter de reprodução social da escola burguesa e a especificidade da escola como instrumento formador da sociedade .

## RESULTADOS

Entendemos que a crise educacional está intimamente ligada a essa realidade mencionada, se considerarmos que a agenda proposta pelo novo modelo de gestão incrementa mecanismos, que vão, desde a criação de ouvidorias ate mecanismos de premiação ou punição as instituições educacionais.

São destacados no texto, PDE e Plano diretor do estado, alguns elementos do cenário educacional como forma de estimular a responsabilização pela oferta educativa, a preocupação com a massificação da educação e os ínfimos resultados, para resolver ou amenizar os problemas no âmbito educacional brasileiro.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

Algumas medidas foram tomadas, estudos revelam nesse sentido uma gama de fatores, dentre eles a proposição do aumento da autonomia financeira e introdução de sistemas de avaliação e a responsabilização dos dirigentes escolares pelos resultados.

A descentralização lança sobre os municípios a responsabilidade pela oferta educacional brasileira, reflexo da agenda reformista neoliberal, articulada a uma agenda internacional publicizada a partir de 1990, tendo como marco referencia a conferencia de Jomtien na Tailândia, denominada conferencia mundial sobre educação para todos, reforçada segundo as estudiosas Mendes Segundo (2005) e Rabelo (2008) pela reunião de Dakar em 2000.

A Descentralização é na verdade um disfarce, um discurso artiloso para a desresponsabilização do estado. A partir das orientações oriundas das referidas conferencias novos paradigmas são demarcados campos específicos e essenciais na educação, segundo os documentos, dentre eles podemos fazer alusão a nova gestão para os países periféricos, reconfigurando o estado para posteriormente atender os auspícios das tais orientações. A educação básica é colocada como prioridade, a ênfase na universalização da educação primaria é sumamente proclamada, estrategicamente pensada nos atuais Planos Nacionais de Educação- PNEs.

Assim a responsabilização disfarçada de descentralização, materializa a transferência de milhões de alunos para a esfera municipal, assim, nos primeiros anos de vigência do FUNDEF, essa descentralização continua, transferindo as responsabilidades da união para os entes federados.

Nesse sentido em 2007 o MEC propõe novos modelos de regulação, em troca oferece apoio técnico e financeiro, condicionado esses serviços à submissão a certas orientações que responsabilizam como a publicização de informações a participação nas avaliações externas.

Essas medidas são parte do PDE e são operacionalizadas a partir do plano de ação articulada-PAR-desenvolvido pelos entes federados, executados sob as gestões locais.

Nesses termos as dificuldades a ser enfrentadas estão contempladas nas ações do PDE, que tem como pressupostos principais uma visão sistêmica de educação,



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTA MARIA-RIO GRANDE DO SUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

territorialidade, desenvolvimento, regime de colaboração, responsabilização e mobilização social. A responsabilização é um dos imperativos da proposta associada à mobilização social. Dessa forma o documento intitulado: razões, princípios e programas se referem a exigências de execução das políticas de educação.

Cumprindo esses designios o decreto 6.094, assinado no lançamento do PDE, apresenta as primeiras regulamentações sobre as responsabilidades dos gestores locais. Institui o plano de metas- compromisso de todos pela educação, estabelece ainda o IDEB como indicador para verificação das metas fixadas, que será feito através de relatórios técnicos e visitas in loco.

Os avanços devem acontecer em todos os âmbitos humanos, sobretudo nas políticas de educação, uma vez que este foi um campo postergado por vários séculos no Brasil, contudo o conjunto de medidas proposto constitui a base para a responsabilização dos gestores municipais, sendo que a transferência de recursos esta veiculada ao alcance das metas do IDEB.

Nesse sentido as unidades escolares são chamadas a assumir a responsabilidade pelo alcance dessas metas, independentemente de existir na escola, professores capacitados, estrutura física adequada, e a condição socioeconômica do aluno.

## CONCLUSAO

Concluimos defendendo que as metas estabelecidas são realmente importantes, se considerarmos os graves problemas na educação, no entanto o que nos chama a atenção é a regulação e o monitoramento pela união do padrão educacional oferecido, obrigando os gestores locais e os profissionais do magistério a se comprometer de tal forma que se os problemas não são solucionados pela sua boa vontade, serão constrangidos com o corte em alguns recursos e a publicação dos resultados.

Assim os resultados por si seria a satisfação mostrada internacionalmente, todavia os crônicos problemas educacionais se postergam de forma que se instauram mecanismos formais que distancia a sociedade brasileira de uma educação que tenha como pressuposto fundamental a racionalidade social, uma vez que a racionalidade



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA  
SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL  
30 de julho a 01 de agosto de 2014

financeira é a marca das políticas educacionais, que foram implementadas a partir de reformas requeridas por organismos que estão gerindo a educação mundial.

## Referencias bibliográficas

Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas-ministério da educação, disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/livro/livro.pdf>, ACESOS EM 20/10/2013;

\_\_\_\_\_ Plano de Desenvolvimento da Educada Educação- PDE-, Secretária de Educação Básica  
Ministério da Educação,2007.

BRASIL.[Lei Darcy Ribeiro (1996)]. LDB: lei de diretrizes e bases da educação nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. -5ª edição. -Brasília: câmara dos deputados, coordenação edições câmara, 2010.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. [Tradução Isa Tavares]. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

Plano Diretor da Reforma da Reforma do Estado, Luiz Carlos Bresser Pereira - Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado, Brasília, 1995;

MENDES SEGUNDO, Maria das Dores (2005).O Banco Mundial e suas Implicações na Política de Financiamento da Educação Básica do Brasil: Fundef no centro do debate. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Faculdade de Educação da UFC – FACED.Fortaleza, Ceará.

Saviani, dermevel. O plano de desenvolvimento da educação:análise do projeto do MEC. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1231-1255, out. 2007,Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>.



# VI FIPED

FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

SANTAMARIA-RIOGRANDEDOSUL

30 de julho a 01 de agosto de 2014

Declaração Mundial sobre Educação para Todos:satisfação das necessidades básicas de  
aprendizagem Jomtien, 1990 ,

<http://unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf> acesso em 26/04/2014 as  
21:23.